



Colégio
M0001

Sala
0001

Ordem
0001

Maior/2025



Concurso Público para Provimento de Cargos Analista Judiciário – Área Judiciária

Nome do Candidato
Caderno de Prova 'A01', Tipo 003

Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-003

Nº do Documento
0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Estudo de Caso

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Não seja melhor que ninguém, seja apenas diferente e lute pelos seus objetivos.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso.
- Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A ● C D E
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, caneta marca texto, líquido corretivo, régua, borracha ou calculadora durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não serão permitidas nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, códigos, manuais, notas ou impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Estudo de Caso, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 5, baseie-se no texto abaixo – uma apresentação ao livro **Mar sem fim**, de Amyr Klink.

O moço e o mar

*Poucas pessoas poderão ter gozado da solidão como uma alternativa, ou seja, do convívio exclusivo consigo mesmo, com o usufruto de um prazer tão completo como faz Amyr Klink em suas longas viagens a bordo do barco Paratii. Este livro – **Mar sem fim** – descreve a viagem que começou em 31 de outubro de 1998 e durou cinco meses.*

Nela, ele deu a volta ao mundo mais curta, mais rápida e mais difícil que poderia ser feita, circunavegando a Antártica – muitas vezes tentada, nunca conseguida. Foi conviva das estrelas, cruzou neblinas, nevascas e geleiras, e desafiou mares temperamentais.

Nada do que tiver contemplado nas breves paradas na Geórgia do Sul, ou do que possa ter restado de exótico na ilha de Bouvetoya, a mais isolada do planeta, será suficientemente inédito para ter impressionado o argonauta, muito mais ilhado ele mesmo do que aquele território ignoto e inóspito. Por mais surpreendentes que possam ser a flora e a fauna marinhas, que o marinheiro encontrou protegidas da loucura furiosa da humanidade predadora de pés firmes no chão, nada terá superado a graça que ele achou nos porões da própria alma, ao atravessar com destemor, mas com respeito, as fronteiras da vida.

Quem concorde com a dura frase em que Sartre afirma que “o inferno são os outros” está convidado a visitar o céu que cada um contém em si mesmo e que Amyr Klink se dispôs a nos revelar em mais este fascinante relato de seu caso de amor com o mar. A saga desse brasileiro transporta a mitologia grega para nossos dias, nos induzindo a crer com sua viagem que o fardo de viver pode ser mais leve, intrépido e digno de ser carregado.

(Adaptado de: NÊUMANE, José. In: KLINK, Amyr. **Mar sem fim**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, orelha)

1. A frase *Nada do que tiver contemplado será suficientemente inédito* conservará uma correta articulação entre os tempos verbais caso se substituam as formas sublinhadas, respectivamente, por:
 - (A) contemple / teria sido
 - (B) tivesse contemplado / seria
 - (C) fosse contemplar / é
 - (D) viesse a contemplar / terá sido
 - (E) contemplaria / será
2. Afirma-se que *Poucas pessoas poderão ter gozado da solidão* como Amyr Klink porque este
 - (A) contemplou a poesia da natureza isolando-se e navegando por mares jamais explorados.
 - (B) navegou de modo aventureiro pelos mares do mundo, observando e estudando a natureza.
 - (C) realizou sua paixão pelo mar estendendo sua saga também para o interior de si mesmo.
 - (D) planejou viajar sozinho pelos mares para superar a dependência que temos uns dos outros.
 - (E) levou a cabo com a navegação solitária uma exploração científica dos fenômenos marítimos.
3. A frase de Sartre “o inferno são os outros” pode encontrar uma razão de ser quando se considera a expressão do texto
 - (A) *nos porões da própria alma* (3º parágrafo).
 - (B) *a volta ao mundo mais curta, mais rápida e mais difícil* (2º parágrafo).
 - (C) *muitas vezes tentada, nunca conseguida* (2º parágrafo).
 - (D) *território ignoto e inóspito* (3º parágrafo).
 - (E) *loucura furiosa da humanidade predadora* (3º parágrafo).
4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *nos induzindo a crer* (4º parágrafo) = levando-nos a intuir.
 - (B) *gozado da solidão como uma alternativa* (1º parágrafo) = optado por uma vantagem subjetiva.
 - (C) *Foi conviva das estrelas* (2º parágrafo) = convocou a vivacidade dos astros.
 - (D) *será suficientemente inédito* (3º parágrafo) = terá originalidade bastante.
 - (E) *atravessar com destemor, mas com respeito* (3º parágrafo) = cruzar com temor raro, porém com dignidade.



5. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:
- (A) Não move a um navegante como Amyr Klink advertências como as de Sartre.
 - (B) A muitos navegadores tentou a façanha marítima enfim conseguida por Amyr Klink.
 - (C) São dadas a poucas pessoas gozarem da solidão como uma alternativa.
 - (D) Eram no convívio das estrelas e no cruzar das neblinas que Amyr Klink fez sua travessia.
 - (E) Abrigaram-se nos porões de sua alma de navegante a graça de cruzar os mares.

Atenção: Para responder às questões de números 6 a 10, baseie-se no texto seguinte.

O individualismo e as instituições

Quando as instituições são frágeis e não funcionam, podem prevalecer as amarras da prepotência e do oportunismo violento. Na falta de normas legais que funcionem, na falta de uma representação atuante e legítima do Estado na vida social, a condição da "terra sem lei" tende à barbárie.

Exemplo disso forneceu o cinema norte-americano quando, em meados do século passado, inundou o mundo e a imaginação popular com filmes do gênero "western", supostos documentários da conquista do oeste. Uma situação padrão era representada nesses filmes: na pequena e remota cidade recém-formada, o poder local era manipulado por malfeitores poderosos, que submetiam aos seus interesses o xerife e a o juiz. A "lei" servia assim de fachada para o império da autocracia e do crime, e a impunidade ameaçava ser eterna.

Mas eis que chegava o "mocinho": um homem vindo não se sabe de onde, solitário, lacônico, hábil no manejo das armas, intrépido, capaz de enfrentar e derrotar sozinho os poderosos locais – o que fazia com bravura e frieza, até deixar a cidade pacificada e sumir para sempre no horizonte, sob o olhar dos cidadãos agradecidos.

A "mensagem" desses filmes? Haveria, dentro de indivíduos especiais, um impulso natural para a justiça e a virtude, capaz de mudar a ordem das coisas. As virtudes inatas dessa liderança singular refundariam as instituições suprimidas. A figura de um herói solitário estaria na base da legitimação da ordem pública, quando esta fosse comprometida. Não deixa de ser uma forma de atribuir a uma liderança pessoal a missão de promover as instituições que tenham por escopo o bem público. Dito de outro modo: a moralidade desejável das instituições sociais já estaria presente, em germen, no indivíduo essencialmente virtuoso, capaz de reconduzir uma comunidade a um patamar da civilização.

(Bruno Rosa de Alcântara, a editar)

6. *As virtudes inatas dessa liderança singular refundariam as instituições suprimidas.*
O sentido básico, a coesão e a coerência da frase acima estão preservados nesta outra redação:
- (A) Desde que removidas, as instituições demandam a liderança singular de virtudes inatas.
 - (B) Instituições superadas podem ser salvas pela singularidade de virtudes adquiridas.
 - (C) Uma liderança especial, naturalmente virtuosa, recuperaria o valor de instituições extintas.
 - (D) Uma vez abaladas, as instituições removeriam a singular virtude das lideranças inatas.
 - (E) Desde que as refunda, as virtudes singulares de uma liderança demoveriam as instituições.
7. O cinema norte-americano é referido no texto para exemplificar, por meio dos filmes do gênero "western",
- (A) o malogro de uma prontidão individual ao pretender agir de forma corretiva sobre uma comunidade corrompida.
 - (B) as violências de uma terra sem lei e o providencialismo vitorioso de uma virtuosa iniciativa individual.
 - (C) a possibilidade de documentarem fielmente os usos e costumes de uma empreitada social civilizatória.
 - (D) a fundação emergencial das primeiras colônias do oeste, quando sequer contavam com autoridades locais.
 - (E) a corrupção e a violência com que as próprias instituições se deixavam marcar ao longo da expansão territorial.
8. Constitui-se um **paradoxo** na seguinte formulação:
- (A) *a saga dos mocinhos do cinema norte-americano supõe um padrão de conduta.*
 - (B) *sendo frágeis as instituições, prevalecem as amarras da prepotência.*
 - (C) *nos primeiros povoados predominava a manipulação dos poderes.*
 - (D) *um voluntarismo pessoal propicia a ordenação dos interesses públicos.*
 - (E) *a virtude solitária está na raiz da concepção do "mocinho" do cinema.*



9. Os malfatores poderosos submetiam a seus interesses o xerife e o juiz.

Sem prejuízo para a correção e a coerência, pode-se substituir a expressão sublinhada na frase acima por

- (A) subjugavam com seus interesses
- (B) consideravam como interessados
- (C) subordinavam diante de seus interesses
- (D) sujeitavam seus interesses para
- (E) expunham com seus interesses

10. A lei servia assim de fachada, e a impunidade ameaçava ser eterna.

Reescrevendo-se com coerência o período acima, de modo a iniciá-lo por **A impunidade ameaçava ser eterna**, o enunciado complementar deverá ser

- (A) de modo a servir a lei como fachada.
- (B) conquanto a lei servisse como fachada.
- (C) para a lei vir a servir de fachada.
- (D) ainda que a lei servisse de fachada.
- (E) enquanto a lei servia de fachada.

Matemática e Raciocínio Lógico11. Trezentos e cinquenta pessoas participam de um teste para cantar em um coral. A razão entre o número de pessoas que passaram no teste e o número de pessoas que não passaram é, nessa ordem, $\frac{3}{4}$. Ainda, sabe-se que $\frac{1}{6}$ das pessoas que passaram no teste eram adolescentes. O número de pessoas que passaram no teste e não são adolescentes é

- (A) 125
- (B) 100
- (C) 50
- (D) 75
- (E) 25

12. Um juiz analisou 5 processos em um dia, além de outras tarefas. A fim de organizar seu tempo, esse juiz anotou na tabela os horários em que iniciou e terminou a análise de cada processo.

Processo	Início	Término
1	8:36	10:10
2	10:24	12:35
3	14:15	15:33
4	15:40	16:45
5	17:20	19:32

O tempo médio gasto por esse juiz nos 5 processos analisados foi de uma hora e

- (A) quarenta e quatro minutos.
- (B) quarenta minutos.
- (C) trinta e oito minutos.
- (D) quarenta e dois minutos.
- (E) trinta e seis minutos.

13. Considerando $x = 3$ e $y = 4$, o valor da expressão $6x^2 + 5xy^2 + y$ é

- (A) 286
- (B) 198
- (C) 266
- (D) 298
- (E) 166

14. João foi a uma loja de produtos de informática, comprou uma memória externa de 2tb, três teclados e um monitor de 21,5" e gastou R\$ 1.359,00. Maria foi à mesma loja e comprou três memórias externas de 2tb, sete teclados e três monitores e gastou R\$ 3.951,00. Se os produtos comprados por ambos são similares, o custo total de uma memória de 2tb, um teclado e um monitor de 21,5", nessa loja, é

- (A) R\$ 1.132,00
- (B) R\$ 1.333,00
- (C) R\$ 1.233,00
- (D) R\$ 2.592,00
- (E) R\$ 1.259,00



15. Em um escritório de advocacia, há 16 advogados. Cada advogado está responsável por 3, 4 ou 6 processos. Juntos, os advogados que estão com 3 ou 4 processos estão com 36 processos. Se o total de processos é 72, o número de advogados com 3 processos é
- (A) 4
 - (B) 6
 - (C) 5
 - (D) 3
 - (E) 2

Noções de Legislação

16. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região,
- (A) os cargos da administração do Tribunal não admitem acumulação com quaisquer outros cargos ou funções, sendo vedada, inclusive, a participação do Presidente e do Vice-Presidente na Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SEDIC).
 - (B) as Turmas do Tribunal são constituídas por cinco desembargadores, não podendo ter assento, na mesma Turma ou Seção Especializada, cônjuges e parentes consanguíneos ou afins em linha reta, bem como em linha colateral, até o sexto grau.
 - (C) o Órgão Especial é constituído por dezesseis membros, para o exercício de funções exclusivamente jurisdicionais delegadas da competência do Tribunal Pleno, sendo que o Presidente, o Vice-Presidente e o Corregedor Regional o integram.
 - (D) o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região compõe-se de cinquenta e quatro desembargadores, sendo que cada um deles terá três assessores, bacharéis ou não em Direito, de sua livre indicação, nomeados pelo Presidente do Tribunal.
 - (E) a Subseção Especializada em Dissídios Individuais I (SEDI-I) é composta por onze desembargadores e a Subseção Especializada em Dissídios Individuais II (SEDI-II) por dezoito, já incluído o presidente da Seção.

17. Considere:

- I. Consiste em uma ferramenta de gestão e transparência dos resultados das ações voltadas à promoção da sustentabilidade nos órgãos do Poder Judiciário, por meio do monitoramento do uso dos recursos e serviços prestados, buscando melhor eficiência do gasto público.
- II. Será elaborado e publicado pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), com informações recebidas via PLS-Jud.
- III. Tem em sua composição o Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS), que compreende a criação de um indicador sintético capaz de avaliar o resultado combinado de várias dimensões distintas, de acordo com metodologia estabelecida pelo DPJ.

De acordo com a Resolução CNJ nº 550/2024, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, com relação ao Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) III, apenas.

18. Claudionor é servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região onde exerce função de confiança de natureza gerencial. Claudionor foi convidado para participar de determinado seminário, sendo-lhe oferecida remuneração e pagamento das despesas da viagem pelo promotor do evento. Com base apenas nas informações fornecidas, de acordo com o Código de Ética dos Servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (Resolução Administrativa nº 11/2022), Claudionor
- (A) poderia participar do seminário somente se ele não fosse remunerado, pois, em razão da função que exerce, apenas é possível participar de seminários de forma voluntária, sem o recebimento de qualquer remuneração, sendo permitido, porém, o pagamento das despesas de viagem pelo promotor do evento.
 - (B) poderia participar do seminário somente se ele não fosse remunerado, pois, em razão da função que exerce, apenas é possível participar de seminários de forma voluntária, sem o recebimento de qualquer remuneração, inclusive com relação ao pagamento das despesas de viagem.
 - (C) não poderá participar do seminário, pois servidores que exercem função de confiança de natureza gerencial não podem participar, em nenhuma hipótese, de seminário, congressos e eventos semelhantes, sejam eles remunerados ou não.
 - (D) poderá participar do seminário, desde que torne pública a remuneração, bem como o pagamento das despesas de viagem pelo promotor do evento, o qual não poderá ter interesse em decisão a ser tomada por Claudionor.
 - (E) poderá participar do seminário, não precisando tornar pública a remuneração ou o pagamento das despesas de viagem pelo promotor do evento, tendo em vista que exerce função de confiança.



19. De acordo com a Resolução do CSJT nº 360/2023, que institui a Política de Prevenção e Enfrentamento da Violência, do Assédio e de Todas as formas de Discriminação no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, para os fins desta Política considera-se
- (A) saúde no trabalho: toda condição ou situação de trabalho que tem o potencial de comprometer o equilíbrio físico, psicológico e social dos indivíduos, e de causar acidente, doença do trabalho e/ou profissional.
 - (B) assédio sexual: conduta de conotação sexual praticada contra a vontade de alguém, sob forma verbal, não verbal ou física, manifestada por palavras, gestos, contatos físicos ou outros meios, com o efeito de perturbar ou constranger a pessoa, afetar a sua dignidade, ou de lhe criar um ambiente intimidativo, hostil, degradante, humilhante ou desestabilizador.
 - (C) transversalidade: violência e assédio dirigido às pessoas em virtude de seu sexo ou gênero, que impactam de forma desproporcional pessoas de um determinado sexo ou gênero, o que inclui o assédio sexual.
 - (D) cooperação horizontal, vertical e transversal: modo de gestão que, entre outros aspectos, promove a valorização e o compartilhamento da experiência de trabalho, a cooperação e a deliberação coletiva e a participação integrada de magistrados e servidores em pesquisas, consultas, grupos gestores, com o objetivo de identificar problemas e propor melhorias no ambiente de trabalho e institucionais.
 - (E) gestão participativa: conjunto de normas, instruções, práticas e processos que modulam as relações hierárquicas e competências, os mecanismos de deliberação, a divisão e o conteúdo dos tempos de trabalho, o conteúdo das tarefas, os modos operatórios, os critérios de qualidade e de desempenho.
20. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região,
- (A) o Presidente da Seção Especializada em Dissídios Individuais, nas ausências, impedimentos e suspeições, será substituído, nas sessões de julgamento das Subseções, pelo desembargador mais antigo, componente da Subseção, presente à sessão, ainda que seja Presidente de Turma.
 - (B) o Presidente do Tribunal presidirá exclusivamente o Tribunal Pleno, sendo substituído nas ausências, impedimentos e suspeições, sucessivamente, pelo Vice-Presidente e pelo desembargador mais antigo do órgão, desde que não seja Presidente de Turma.
 - (C) as Turmas são presididas pelo mais antigo dentre os desembargadores que as compõem, fazendo-se a substituição, em caso de ausência, impedimento ou suspeição, segundo a ordem de antiguidade.
 - (D) a Seção Especializada em Dissídios Coletivos será presidida pelo Presidente do Tribunal, dando-se sua substituição, nas ausências, impedimentos e suspeições, sucessivamente, pelo Vice-Presidente, pelo Corregedor Regional, pelo Vice-Corregedor Regional e pelo desembargador mais antigo presente à sessão.
 - (E) o Presidente da Seção Especializada em Dissídios Individuais, nas ausências, impedimentos e suspeições, será substituído, na deliberação de questões administrativas do órgão, pelo desembargador mais antigo do órgão, abrangidas as duas Subseções, ainda que seja Presidente de Turma.

Noções de Direitos Humanos

21. De acordo com o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional,
- (A) são da competência do Tribunal, exclusivamente, os crimes contra a humanidade, o crime de genocídio e os crimes de guerra.
 - (B) salvo disposição contrária do Estatuto, nenhuma pessoa poderá ser julgada pelo Tribunal por atos constitutivos de crimes pelos quais este já a tenha condenado ou absolvido.
 - (C) uma pessoa poderá ser considerada criminalmente responsável, nos termos do Estatuto, por uma conduta anterior a sua entrada em vigor.
 - (D) se o direito aplicável a um caso for modificado antes ou depois de proferida sentença definitiva, aplicar-se-á sempre a nova regra à pessoa objeto de inquérito, acusada ou condenada.
 - (E) o Tribunal não será competente para julgar as pessoas físicas que praticarem crimes previstos no Estatuto, não as podendo considerar individualmente responsáveis nem as punir.
22. De acordo com a Resolução do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) nº 368/2023, o Comitê Gestor Nacional do Programa de Raça, Gênero e Diversidade, instituído no âmbito do CSJT, é composto por membros efetivos, dentre os quais,
- (A) o(a) Ministro(a) Presidente do CSJT, que o presidirá, sendo que referido Comitê reunir-se-á trimestralmente, em caráter ordinário, podendo ser convocadas reuniões extraordinárias pela Presidência ou pela Coordenação Nacional do Programa.
 - (B) um(a) Ministro(a) Vice-Coordenador(a) indicado(a) pelo Coordenador do CSJT, sendo que os(as) magistrados(as) e servidores(as) que tiverem sido punidos judicialmente, com sentença transitada em julgado, não poderão integrar o Comitê, não se aplicando essa vedação se a punição tiver sido apenas na esfera administrativa.
 - (C) cinco magistrados(as), representando cada uma das cinco regiões do país, indicados pela Presidência do CSJT, sendo obrigatoriamente: um(a) magistrado(a) com deficiência, um(a) magistrado(a) negro(a), um(a) magistrado(a) LGBTQIAP+, uma magistrada mulher e um magistrado homem com mais de 70 anos.
 - (D) três servidores(as) do Tribunal Superior do Trabalho ou do CSJT, indicados pela Presidência do CSJT e do TST, obrigatoriamente entre servidores(as) com deficiência, negros(as), LGBTQIAP+, mulheres com mais de 65 anos.
 - (E) um(a) Ministro(a) Coordenador(a), indicado(a) pela Presidência do CSJT, sendo que os(as) magistrados(as) Gestores(as) Nacionais não poderão ser reeleitos(as)/reconduzidos(as), garantindo a alternância dos membros do Comitê.



23. De acordo com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos,

- (A) todo cidadão deve gozar do direito de votar e ser eleito em eleições periódicas autênticas, realizadas por sufrágio universal e igual e por voto secreto que garanta a livre expressão da vontade dos eleitores, sendo que a lei pode regular o exercício desse direito exclusivamente por motivos de idade, capacidade civil ou mental ou condenação em processo penal.
- (B) toda pessoa detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou outra autoridade autorizada pela lei a exercer funções judiciais e tem direito a ser julgada dentro de um prazo razoável ou a ser posta em liberdade, sem prejuízo de que prossiga o processo. Sua liberdade não pode ser condicionada a garantias que assegurem o seu comparecimento em juízo.
- (C) ninguém deve ser constrangido a executar trabalho forçado ou obrigatório, sendo assim considerados, inclusive, os serviços normalmente exigidos de pessoa reclusa em cumprimento de sentença e o serviço imposto em caso de perigo ou calamidade, ainda que ameace o bem-estar da comunidade.
- (D) os processados devem ficar separados dos condenados, salvo em circunstâncias excepcionais, e ser submetidos a tratamento adequado à sua condição de pessoas não condenadas. Os menores, quando puderem ser processados, devem ser separados dos adultos e conduzidos a tribunal especializado, com a maior rapidez possível, para seu tratamento.
- (E) ninguém pode ser condenado por ações ou omissões que, no momento em que forem cometidas, não sejam delituosas, de acordo com o direito aplicável. Tampouco se pode impor pena mais grave que a aplicável no momento da perpetração do delito. Se depois da perpetração do delito a lei dispuser a imposição de pena mais leve, o delinquente não será por isso beneficiado.

24. Considere:

- I. Todo ser humano, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países, sendo que esse direito pode ser invocado inclusive em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum, não podendo, entretanto, ser motivada por atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas.
- II. Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; esse direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença pelo ensino, pela prática, pelo culto em público ou em particular.
- III. Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, está correto o que se afirma em

- (A) I e III, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I, apenas.

25. De acordo com a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas,

- (A) não se desenvolverão atividades militares nas terras ou territórios dos povos indígenas, ainda que essas atividades possam ser justificadas por interesse público pertinente, não podendo ser essa restrição, em nenhuma hipótese, objeto de acordo entre os envolvidos.
- (B) os povos indígenas têm o direito de revitalizar, utilizar, desenvolver e transmitir às gerações futuras suas histórias, idiomas, tradições orais, filosofias, sistemas de escrita e literaturas; porém, não possuem o direito de atribuir nomes às suas comunidades e lugares e de mantê-los.
- (C) os Estados adotarão medidas eficazes para que exclusivamente as crianças indígenas que vivam dentro de suas comunidades tenham acesso, quando possível, à educação em sua própria cultura e em seu próprio idioma.
- (D) os povos indígenas têm o direito de estabelecer seus próprios meios de informação, em seus próprios idiomas, mas não possuem o direito de ter acesso a todos os demais meios de informação não indígenas.
- (E) os povos e pessoas indígenas têm o direito de pertencer a uma comunidade ou nação indígena, em conformidade com as tradições e costumes da comunidade ou nação em questão. Nenhum tipo de discriminação poderá resultar do exercício desse direito.

Noções de Informática

26. Um Tribunal Regional do Trabalho está enfrentando problemas de lentidão na inicialização, execução desnecessária de processos em segundo plano e dificuldade no gerenciamento de permissões de usuários em computadores que utilizam o Windows 10, instalado e funcionando em condições ideais. Com os devidos privilégios, a solução mais adequada para mitigar esses problemas é:

- (A) Desabilitar alguns aplicativos na inicialização do sistema via Gerenciador de Tarefas, ajustar as permissões de usuário pelo Controle de Conta de Usuário (UAC) e revisar as configurações de execução em segundo plano para melhorar o desempenho e reforçar a segurança.
- (B) Realizar reinstalações periódicas do Windows 10 para remover processos desnecessários e garantir que o sistema continue operando com alto desempenho.
- (C) Ativar o Modo de Alto Desempenho nas configurações de energia para reduzir o consumo de memória RAM e melhorar o tempo de inicialização do sistema.
- (D) Desativar o Windows Defender Firewall e o Controle de Conta de Usuário (UAC) para diminuir a carga de processos em segundo plano e otimizar o desempenho da máquina.
- (E) Utilizar o Gerenciador de Tarefas para encerrar manualmente processos ativos no final do expediente, garantindo uma inicialização mais rápida a longo prazo.



27. Uma servidora de um Tribunal Regional do Trabalho precisa encontrar um documento oficial em um site governamental específico, mas não se lembra exatamente o nome completo. No entanto, ela recorda que as palavras-chave TRT-RJ e atenuação do tema central do documento estavam próximas umas das outras. Para refinar sua busca no Google e ajudar na pesquisa, ela deve
- (A) acrescentar um cifrão \$ entre as palavras-chave, como em "TRT-RJ \$ atenuação", para que o Google preencha automaticamente os termos ausentes na busca.
 - (B) utilizar menor e maior <> em torno das palavras-chave, como em "<TRT-RJ atenuação>", para indicar que as palavras estão próximas.
 - (C) usar o operador AROUND (n) entre as palavras-chave, sendo que n representa o número máximo de palavras que podem estar entre elas, como em TRT-RJ AROUND(5) atenuação.
 - (D) incluir o operador INURL: antes das palavras-chave, como em INURL:TRT-RJ atenuação, para restringir a busca apenas a URLs que contenham os termos desejados.
 - (E) usar o operador AND entre as palavras-chave, como em "TRT-RJ AND atenuação" para encontrar documentos em que os termos estejam no título da página.
28. O setor administrativo de um Tribunal Regional do Trabalho precisa compartilhar uma planilha de controle de processos com diversos funcionários para que possam visualizar e editar os dados simultaneamente no Microsoft Office 365. Além disso, é essencial garantir que as alterações sejam salvas automaticamente, evitando a perda de informações. Para isso, a melhor opção é
- (A) criar uma cópia separada da planilha para cada judiciário, permitindo que cada um faça suas próprias alterações antes de consolidar manualmente os dados em um documento final.
 - (B) armazenar a planilha no OneDrive e utilizar a opção "Compartilhar", concedendo permissões de edição aos usuários necessários, permitindo que acessem e editem simultaneamente pelo Excel para Web.
 - (C) enviar a planilha por e-mail como anexo no formato .xlsx, garantindo que todos os judiciários possam abrir e editar o arquivo individualmente em seus computadores.
 - (D) salvar a planilha em um servidor local da rede interna do Tribunal e disponibilizar o acesso aos servidores, permitindo que cada usuário baixe, edite e reenvie a versão atualizada.
 - (E) armazenar a planilha no Google Drive, compartilhando o link de edição com os judiciários do Tribunal, para que possam trabalhar diretamente no arquivo usando o Excel Online.
29. Um Tribunal Regional do Trabalho está implementando uma nova intranet para melhorar a comunicação interna e o acesso a sistemas administrativos. Para garantir segurança, eficiência e controle de tráfego, é necessário definir a infraestrutura de rede adequada e configurar corretamente os dispositivos envolvidos. Diante desse cenário, a melhor prática para a implementação da intranet é:
- (A) Configurá-la utilizando um único servidor virtualizado para armazenar e processar todas as solicitações, mantendo a alta disponibilidade garantida por *snapshots* automáticos, sem necessidade de segmentação adicional da rede.
 - (B) Configurá-la utilizando uma rede local única e plana, na qual todos os dispositivos compartilhem o mesmo *widecast domain*, garantindo comunicação direta e reduzindo a complexidade de configuração.
 - (C) Implementá-la sobre uma rede Wi-Fi corporativa única, sem segmentação, utilizando um único SSID (*Service Security Identifier*) para todos os setores, o que garante flexibilidade e reduz a necessidade de gerenciamento manual de acessos.
 - (D) Estruturá-la em uma rede local privada (LAN – *Local Area Network*), segmentada por VLANs (*Virtual LANs*) e controlada por um *firewall* corporativo, garantindo segurança, isolamento de tráfego e controle de acessos internos.
 - (E) Criá-la com base em um modelo de rede distribuída (*peer-to-peer*), no qual cada máquina atua como cliente e servidor simultaneamente, eliminando a necessidade de um servidor central, melhorando o tempo de resposta da rede.
30. Um Tribunal Regional do Trabalho precisa armazenar documentos sigilosos em uma pasta dentro do sistema Windows 10, instalado e funcionando em condições ideais. Para garantir que apenas usuários autorizados possam acessar e modificar os arquivos já nela inseridos, é necessário configurar corretamente as permissões de segurança da pasta. Para isso, é necessário clicar na pasta com o botão direito do mouse,
- (A) acessar Propriedades > Segurança, clicar em Editar..., remover usuários indesejados e adicionar apenas os usuários autorizados, ajustando para cada um as permissões, conforme necessário.
 - (B) localizar e alterar a configuração de Compartilhamento Avançado, desmarcar a opção "Compartilhar esta pasta", garantindo assim que apenas o criador da pasta tenha acesso.
 - (C) acessar Propriedades > Segurança > Avançado, remover todos os usuários da lista e manter apenas o grupo Administradores, pois estes são os únicos usuários autorizados.
 - (D) acessar Propriedades, ativar a opção Somente Leitura e, em seguida, alterar as permissões de compartilhamento para "Acesso Público", permitindo que apenas usuários autenticados possam modificá-la.
 - (E) mover a pasta para a unidade C:\Windows, pois qualquer pasta criada nessa localização herda permissões restritivas por padrão. Em seguida, modificar as permissões na guia Compartilhamento, concedendo acesso apenas aos usuários autorizados.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

Atenção: Considere a Constituição Federal de 1988 para responder às questões de números 31 a 35.

31. Genivaldo é filho de mãe argentina e pai brasileiro e nasceu no Brasil, enquanto seus pais aqui estavam visitando a família brasileira. Genivaldo mudou-se com seus pais para a Argentina durante seu primeiro ano de vida, mas, agora, pretende fazer faculdade no Brasil e exercer cargo de Ministro de Estado da Defesa. Com base apenas nas informações fornecidas, Genivaldo
- (A) é brasileiro nato e poderá exercer o cargo pretendido.
 - (B) é estrangeiro e poderá exercer o cargo pretendido.
 - (C) é estrangeiro e não poderá exercer o cargo pretendido.
 - (D) deverá, para exercer o cargo que pretende, naturalizar-se brasileiro, necessitando, para tanto, residir no Brasil por mais de quinze anos ininterruptos e não possuir nenhuma condenação penal.
 - (E) deverá, para exercer o cargo que pretende, naturalizar-se brasileiro, necessitando, para tanto, residir no Brasil por um ano ininterrupto e possuir idoneidade moral.
-
32. Os Ministros de Estado
- (A) são competentes para praticar, exclusivamente, atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas pelo Presidente da República.
 - (B) serão escolhidos dentre brasileiros maiores de vinte e um anos de idade, independentemente de estarem no exercício dos direitos políticos.
 - (C) serão escolhidos dentre brasileiros maiores de dezoito anos de idade e no exercício dos direitos políticos.
 - (D) são competentes para exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração federal na área de sua competência, sendo-lhes vedado referendar os decretos assinados pelo Presidente da República.
 - (E) são competentes para expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos, além de outras atribuições estabelecidas na Constituição Federal e na lei.
-
33. Manoel é brasileiro, tem 44 anos de idade, possui notável saber jurídico e reputação ilibada e é juiz de determinado Tribunal Regional do Trabalho, oriundo da magistratura de carreira. Com base apenas nas informações fornecidas, Manoel
- (A) não poderá compor o Tribunal Superior do Trabalho, tendo em vista não ser esse Tribunal Superior composto por juízes oriundos da magistratura de carreira.
 - (B) comporá o Tribunal Superior do Trabalho, se indicado pelo próprio Tribunal Superior e nomeado pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.
 - (C) não poderá compor o Tribunal Superior do Trabalho, por ainda não possuir a idade mínima exigida para tanto.
 - (D) comporá o Tribunal Superior do Trabalho, se indicado pelo Presidente da República, devendo ser nomeado pelo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.
 - (E) comporá o Tribunal Superior do Trabalho, se indicado e nomeado pelo Presidente da República, após aprovação pela maioria absoluta dos membros do próprio Tribunal Superior.
-
34. As leis delegadas serão elaboradas pelo
- (A) Presidente da República, que deverá solicitar a delegação ao Senado Federal, não sendo objeto de delegação, dentre outros, os atos de competência exclusiva do Congresso Nacional, podendo, entretanto, ser objeto de delegação os atos de competência privativa da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
 - (B) Presidente da República e a delegação a ele terá a forma de resolução do Congresso Nacional, que especificará seu conteúdo e os termos de seu exercício. Se a resolução determinar a apreciação do projeto pelo Congresso Nacional, este a fará em votação única, permitida a emenda.
 - (C) Senado Federal, que deverá solicitar a delegação ao Congresso Nacional, e deverão ter como objeto legislação que trate sobre direitos políticos e eleitorais.
 - (D) Presidente da República, que deverá solicitar a delegação ao Congresso Nacional, encontrando-se no elenco do que não pode ser objeto de delegação a legislação sobre nacionalidade, cidadania, direitos individuais, políticos e eleitorais.
 - (E) Congresso Nacional, não sendo objeto de delegação os atos de competência privativa da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal e a matéria reservada à lei complementar.



35. A Advocacia-Geral da União

- (A) é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, sendo seus princípios institucionais a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- (B) tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Supremo Tribunal Federal, sendo que o ingresso nas classes iniciais das carreiras da instituição far-se-á mediante concurso público de provas e títulos.
- (C) tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República, dentre cidadãos maiores de trinta anos, sendo sua função indispensável à administração da justiça.
- (D) é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.
- (E) é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.

Direito Administrativo

36. Considere que determinado órgão da Administração Pública tenha instalado sistema novo para gestão de seus processos administrativos digitais e judiciais e que a correspondente contratação não tenha considerado a necessidade de suporte técnico para atendimentos de problemas emergenciais. Durante a operação de validação do cadastramento de processos, o servidor público responsável acionou códigos equivocados, ensejando a exclusão dos dados dos processos administrativos. A ausência de suporte técnico imediato impediu a reversão da operação em tempo hábil e exigiu 90 dias para completa recuperação dos dados. Em razão da demora, servidores e administrados alegam prejuízos, em razão da frustração de direitos reconhecidos e em fase de implementação. Diante dessa narrativa, é possível identificar

- (A) a ausência de ato ou omissão de natureza ilícita praticados por servidores públicos, o que impede seja acionada a responsabilidade objetiva do Estado.
- (B) a possibilidade de responsabilidade objetiva do Estado pelos danos efetivamente comprovados pelos interessados, em razão de falha na operação e correção do sistema.
- (C) a responsabilidade individual do servidor responsável pela operação do sistema, em virtude do ato causador de danos, independentemente da demonstração de culpa ou dano.
- (D) a ausência de responsabilidade extracontratual do Estado, considerando a ausência de dolo do agente público e a correção da falha do sistema.
- (E) a possível responsabilidade subjetiva do Estado, mediante comprovação de dolo ou culpa dos agentes públicos responsáveis pela contratação sem previsão do atendimento emergencial.

37. O controle externo dos atos praticados pela Administração Pública abrange

- (A) a competência para aprovar, previamente, contratações de operação de crédito pela Administração Pública.
- (B) a faculdade de revisão dos atos, por meio de revogação ou anulação, pela própria Administração Pública.
- (C) a possibilidade de o Poder Judiciário aferir a correlação entre as necessidades atuais da sociedade e os programas e projetos formulados pela Administração Pública, inclusive, admitindo-se a alteração de alocações orçamentárias.
- (D) a prerrogativa dos Tribunais de Contas examinarem a relação entre custo e benefício apresentada pela Administração Pública para suas tomadas de decisão, considerando as diversas escolhas consideradas para tanto.
- (E) o controle de eficiência dos atos da Administração Pública, por parte do Poder Judiciário e dos Tribunais de Contas, possibilitando a anulação ou a sustação de contratos celebrados.

38. A disciplina da Lei nº 14.133/2021 sobre a participação em licitações inclui previsão de

- (A) participação de cooperativas, desde que seja demonstrado o regime de cooperação, com repartição de receitas e despesas entre os integrantes da pessoa jurídica.
- (B) empresas participarem de procedimento de licitação em consórcio, sem prejuízo de também concorrerem de forma isolada no mesmo procedimento, desde que apresentem diversidade de atestados técnicos para cada proposta.
- (C) participação de cooperativas, desde que sejam elencados os cooperados que preenchem os requisitos técnicos para tanto, os quais deverão permanecer integrando a pessoa jurídica até a integral execução do contrato.
- (D) consórcios formados por empresas, admitida a identificação da pessoa jurídica que representará o consórcio após a conclusão do procedimento licitatório.
- (E) consórcios formados por empresas, desde que do mesmo ramo de atuação necessário para a execução do objeto da licitação e integrantes do mesmo grupo econômico.

39. O servidor público federal, nos termos da Lei nº 8.112/1990, pode se deslocar, no âmbito do quadro que integra, mediante remoção

- (A) por redistribuição, para ocupar cargo no âmbito de outro órgão ou entidade da mesma esfera federativa.
- (B) de ofício, para acompanhar cônjuge, desde que também servidor público federal e que tenha sido deslocado no interesse da Administração.
- (C) de ofício, por motivo de saúde do cônjuge, desde que também servidor público federal.
- (D) a pedido, para outra localidade, desde que não inclua mudança de sede, comprovado interesse da Administração.
- (E) a pedido, para acompanhar cônjuge, também servidor público, cujo deslocamento tenha se dado no interesse da Administração Pública, ainda que de outra esfera federativa.



40. A formalização de parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil, na forma da Lei nº 13.019/2014, deve
- (A) ser precedida, salvo as exceções legalmente previstas, de chamamento público, no qual a Administração Pública deve especificar o objeto da parceria e a disponibilidade orçamentária, não sendo necessário indicar ou incluir o instrumento que a formalizará.
 - (B) dispensar a realização de procedimento de chamamento para seleção da organização da sociedade civil, nos casos de atrasos ou urgências informadas pela Administração Pública.
 - (C) observar a minuta inclusa no edital de chamamento para seleção da entidade privada, esta que deverá observar o critério de julgamento do maior valor pago para a Administração Pública, para sagrar-se vencedora.
 - (D) observar a necessidade de prévia realização de chamamento, salvo as hipóteses legalmente previstas em contrário, a exemplo da inexigibilidade do procedimento para objetos de natureza singular em que não se estabeleça competição entre os potenciais qualificados.
 - (E) ser formalizada por meio de termo de fomento ou termo de colaboração, sendo o segundo para as hipóteses em que não haverá disciplina de transferência de recursos à entidade privada.

Direito do Trabalho

41. A diretoria industrial da Vetro Indústria de Vidros Ltda. solicita que o departamento de recursos humanos prepare um relatório sobre os cargos da empresa que estão sujeitos a condições insalubres, apontando os entendimentos sumulados do TST a respeito do tema. Entre os diversos apontamentos feitos pelo departamento de recursos humanos no relatório, consta que:
- (A) a constatação da insalubridade por meio de laudo pericial é suficiente para que o empregado tenha direito ao respectivo adicional, sendo desnecessária a compatibilidade das atividades exercidas com aquelas previstas no rol do Ministério do Trabalho, que é meramente exemplificativo.
 - (B) o trabalho executado em condições insalubres em caráter intermitente afasta o direito à percepção do respectivo adicional.
 - (C) se a empresa comprar aparelhos protetores vendidos por algum dos fabricantes existentes na cidade e fornecer a seus empregados, desde que esses sejam capazes de eliminar a insalubridade, não será devido o adicional respectivo.
 - (D) o simples fornecimento do aparelho de proteção pelo empregador não o exime do pagamento do adicional de insalubridade, cabe-lhe tomar as medidas que conduzam à diminuição ou eliminação da nocividade, entre as quais as relativas ao uso efetivo do equipamento pelo empregado.
 - (E) o adicional de insalubridade pago pelo empregador incorpora-se à remuneração do empregado, mesmo se cessado o trabalho em condições insalubres e não mais exigível o pagamento do adicional.
-
42. A empresa Metalúrgica Starlinked Ltda., diante de dificuldades econômicas pelas quais está passando, pretende conceder férias coletivas a seus empregados. Diante dessa situação, o departamento de recursos humanos esclarece ao presidente da empresa que, de acordo com as regras legais, para ser consideradas válidas, as férias coletivas
- (A) devem ser comunicadas ao órgão local do Ministério do Trabalho, com a antecedência mínima de 15 dias, indicando as datas de início e fim das férias, precisando quais os estabelecimentos ou setores abrangidos pela medida.
 - (B) devem ser concedidas a todos os empregados da empresa, não podendo a concessão ser apenas aos empregados de alguns dos setores da empresa.
 - (C) poderão ser gozadas em 2 períodos anuais, desde que nenhum deles seja inferior a 15 dias.
 - (D) não poderão ser concedidas aos empregados contratados a menos de 12 meses.
 - (E) podem ser concedidas aos empregados contratados a menos de 12 meses, desde que haja autorização do sindicato.
-
43. Como gerente de produção da Vita Sana Indústria Farmacêutica S.A., Ronaldo recebe, além do salário, gratificação de função equivalente a 40% do valor do salário, gratificação por tempo de serviço, prêmio produtividade, ajuda de custo e auxílio alimentação pago em dinheiro. Considerando todos os valores recebidos por Ronaldo, integram o seu salário
- (A) a ajuda de custo e o auxílio alimentação.
 - (B) a gratificação de função e o auxílio alimentação.
 - (C) o prêmio produtividade, a ajuda de custo e o auxílio alimentação.
 - (D) a gratificação de função, o prêmio produtividade e a ajuda de custo.
 - (E) a gratificação de função, a gratificação por tempo de serviço e o prêmio produtividade.



44. Entre 13 e 17/01/2025 foram abertas as inscrições para os candidatos às eleições no Sindicato de uma determinada categoria profissional. A eleição ocorreu em 22/01/2025. Entre os inscritos estavam Juvenal, Jocelino e Jurandir, todos empregados da empresa Limpbrilho Industrial Ltda., e que foram eleitos. Considerando que Juvenal, eleito dirigente do Sindicato, estava cumprindo aviso prévio trabalhado de 02 a 31/01/2025; que Jocelino foi eleito como dirigente do Sindicato; que Jurandir foi eleito como membro do Conselho Fiscal do Sindicato; que a posse de todos nos cargos ocorreu em 27/01/2025; que o Sindicato encaminhou em 10/02/2025 uma comunicação por escrito ao empregador, informando sobre a eleição e a posse, de acordo com o entendimento do Tribunal Superior do Trabalho (TST) fixado em suas Súmulas e Orientações Jurisprudenciais, o direito à estabilidade provisória no emprego é assegurado
- (A) a nenhum deles, já que o Sindicato somente encaminhou a comunicação à empresa mais de 15 dias após a inscrição da candidatura e da posse.
 - (B) ao Juvenal, ao Jocelino e ao Jurandir, já que os três foram eleitos, sendo irrelevante o fato de o Sindicato somente ter encaminhado a comunicação à empresa mais de 15 dias após a inscrição da candidatura e da posse.
 - (C) somente ao Jocelino, sendo irrelevante o fato de o Sindicato somente ter encaminhado a comunicação à empresa mais de 15 dias após a inscrição da candidatura e da posse.
 - (D) somente ao Juvenal e ao Jocelino, já que ambos foram eleitos como dirigentes do Sindicato, sendo irrelevante o fato de o Sindicato somente ter encaminhado a comunicação à empresa mais de 15 dias após a inscrição da candidatura e da posse.
 - (E) somente ao Jocelino e ao Jurandir, pois Juvenal registrou sua candidatura no curso do aviso prévio, o que impede o reconhecimento do direito.
-
45. Entre os empregados da empresa Eleganza Comércio de Roupas Ltda., 26 são mulheres com mais de 18 anos, sendo que 5 delas trabalham no estoque e têm que, durante sua jornada de trabalho, carregar diariamente, sem qualquer auxílio de equipamentos ou carros de mão, as caixas que chegam dos fornecedores e que pesam em torno de 15 quilos, desembalar e estocar as roupas de forma organizada. Todas elas costumam fazer horas extras e recebem o respectivo adicional. Considerando as situações descritas, e de acordo com as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho sobre proteção do trabalho da mulher, em relação às empregadas, a Eleganza
- (A) tem que conceder obrigatoriamente, em caso de prorrogação do horário normal, um descanso de 15 minutos no mínimo, antes do início do período extraordinário.
 - (B) não pode ter mulheres trabalhando no estoque, tendo em vista que ao empregador é vedado empregar mulher em serviço que demande o emprego de força muscular superior a 10 kg para o trabalho contínuo, salvo se a empresa fornecesse carros de mão ou quaisquer outros aparelhos mecânicos.
 - (C) não pode ter mulheres trabalhando no estoque, tendo em vista que ao empregador é vedado empregar mulher em serviço que demande o emprego de força muscular superior a 15 kg para o trabalho contínuo, salvo se a empresa fornecesse carros de mão ou quaisquer outros aparelhos mecânicos.
 - (D) tem que manter local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período da amamentação, ou fornecer auxílio creche.
 - (E) não tem que manter local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período da amamentação e nem fornecer auxílio creche.
-

Direito Processual do Trabalho

46. Considerando o entendimento sumulado do TST sobre a ação rescisória, considere as seguintes assertivas:
- I. Não ofende o princípio do duplo grau de jurisdição a decisão do TST que, após afastar a decadência em sede de recurso ordinário, aprecia desde logo a lide em relação às questões de fato e de direito, desde que a causa esteja em condições de imediato julgamento.
 - II. A simples interposição de recurso protraí o termo inicial do prazo decadencial.
 - III. O prazo para ajuizamento da ação rescisória é decadencial, sendo corridos e não se suspendendo pelas férias forenses, feriados, finais de semana ou em dia em que não houver expediente forense.
 - IV. O termo conciliatório tem força de decisão irrecorrível e transita em julgado na data da sua homologação judicial.
 - V. Na hipótese de colusão das partes, o prazo decadencial somente começa a fluir para o Ministério Público, que não interveio no processo principal, a partir do momento em que tem ciência da fraude.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e V.
 - (B) I e II.
 - (C) IV e V.
 - (D) II e III.
 - (E) III e IV.



47. Sobre as custas no processo do trabalho, o TST adota entendimentos pacificados em Súmulas e Orientações Jurisprudenciais, entre os quais o de que:
- (A) nas ações plúrimas, as custas são individualizadas, considerando o crédito de cada um dos litisconsortes.
 - (B) será deserto o recurso da massa falida por falta de pagamento de custas.
 - (C) não será deserto o recurso da empresa em liquidação extrajudicial por falta de pagamento de custas.
 - (D) em caso de recolhimento insuficiente das custas processuais ou do depósito recursal, somente haverá deserção do recurso se, concedido o prazo de 5 dias, o recorrente não complementar e comprovar o valor devido.
 - (E) não é necessário o reembolso das custas à parte vencedora se a parte vencida for pessoa isenta do seu pagamento.
-
48. Considerando o entendimento pacificado pela jurisprudência do TST através de Súmulas e Orientações Jurisprudenciais em relação à ação de cumprimento da sentença normativa, considere as seguintes assertivas:
- I. A coisa julgada produzida na ação de cumprimento é típica, sendo que, modificada a sentença normativa pelo TST, com a consequente extinção do processo sem julgamento do mérito, todas as ações individuais que versem sobre questões fundadas na norma que deixou de existir devem ser extintas sem julgamento do mérito.
 - II. É dispensável o trânsito em julgado da sentença normativa para a propositura da ação de cumprimento.
 - III. A legitimidade do sindicato para propor ação de cumprimento restringe-se à sentença normativa, não se estendendo à observância de acordo ou de convenção coletiva.
 - IV. O prazo de prescrição com relação à ação de cumprimento de decisão normativa flui da data da prolação da última decisão proferida nos autos.
 - V. Falta interesse de agir para a ação individual, singular ou plúrima, quando o direito já foi reconhecido através de decisão normativa, cabendo, no caso, ação de cumprimento.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) IV e V.
 - (B) II e III.
 - (C) II e V.
 - (D) I e III.
 - (E) I e IV.
-
49. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o recurso de embargos para a Seção de Dissídios Individuais do TST é cabível das decisões das Turmas que divergirem entre si ou das decisões proferidas pela Seção de Dissídios Individuais, ou contrárias a súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal. Sobre esse recurso, o TST tem entendimento pacificado em Súmulas e Orientações Jurisprudenciais no sentido de que
- (A) o recurso adesivo é incompatível com o recurso de embargos, exceto se a matéria nele veiculada estiver relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.
 - (B) não cabem embargos para a Seção de Dissídios Individuais de decisão de Turma proferida em agravo, sendo, entretanto, cabível, como exceção, da decisão que nega provimento a agravo contra decisão monocrática do Relator, em que se proclamou a ausência de pressupostos extrínsecos de agravo de instrumento.
 - (C) é inválida, para efeito de conhecimento do recurso de embargos, a invocação de Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho.
 - (D) acórdãos oriundos da mesma Turma, se divergentes, podem fundamentar divergência jurisprudencial necessária para a interposição de embargos para a Seção de Dissídios Individuais.
 - (E) o fato de a decisão recorrida resolver determinado item do pedido por diverso fundamento e a jurisprudência transcrita não abranger a todos não implica no não conhecimento do recurso de embargos.
-
50. De acordo com o entendimento pacificado pelo TST através de Súmulas e Orientações Jurisprudenciais sobre competência territorial e competência funcional,
- (A) na execução por carta precatória, os embargos de terceiro serão oferecidos no juízo deprecado, salvo se indicado pelo juízo deprecante o bem constrito ou se já devolvida a carta.
 - (B) em se tratando de empregador que promova realização de atividades fora do lugar do contrato de trabalho, é assegurado ao empregado apresentar reclamação no foro da celebração do contrato ou no da prestação dos respectivos serviços, sendo que, no caso de uso pelo trabalhador dessa faculdade, deve ser declarada de ofício a incompetência territorial.
 - (C) o conflito de competência configurado entre Tribunal Regional do Trabalho e Vara do Trabalho a ele vinculada deve ser julgado pelo TST.
 - (D) a competência para o ajuizamento de ação anulatória é da Vara do Trabalho do local da sede da empresa que firmou o ato supostamente eivado de vício.
 - (E) na execução por carta precatória, os embargos de terceiro serão oferecidos no juízo deprecante.

**Direito Civil**

Atenção: Considere o Código Civil brasileiro para responder às questões de números 51 a 55.

51. Sobre a sucessão testamentária, é correto afirmar:
- (A) O testamento é ato personalíssimo e irrevogável.
 - (B) A legítima dos herdeiros necessários pode ser incluída no testamento.
 - (C) São válidas as disposições testamentárias de caráter não patrimonial, ainda que o testador somente a elas se tenha limitado.
 - (D) A incapacidade superveniente do testador invalida o testamento.
 - (E) Não podem testar os menores de dezoito anos.
-
52. Suponha que dois indivíduos faleçam na mesma ocasião e não seja possível averiguar se um deles veio a óbito antes do outro. Nesse caso,
- (A) em se tratando de relação conjugal, presume-se que o marido faleceu primeiro.
 - (B) há presunção absoluta de que a pessoa mais velha faleceu primeiro.
 - (C) há presunção relativa de que a pessoa mais velha faleceu primeiro.
 - (D) em se tratando de relação de filiação, presume-se que o ascendente faleceu antes do descendente.
 - (E) há presunção de que a morte dos indivíduos foi simultânea.
-
53. Analise as seguintes proposições sobre direitos da personalidade:
- I. Em qualquer caso, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, se acarretar diminuição permanente da integridade física.
 - II. O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.
 - III. Os direitos da personalidade são sempre intransmissíveis e irrenunciáveis.
 - IV. Não é válida, com objetivo altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo para depois da morte.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) II.
 - (C) I e III.
 - (D) III e IV.
 - (E) IV.
-
54. Em um contrato entre particulares, as partes estabeleceram cláusula expressa de exclusão da responsabilidade pela evicção. No futuro, se esta ocorrer e restar provado que o evicto não sabia do risco da evicção à época do ajuste, ele
- (A) poderá ser indenizado pelos danos morais sofridos, mas não poderá demandar a restituição integral do preço pago.
 - (B) poderá demandar pela evicção em qualquer caso, uma vez que essa cláusula é nula.
 - (C) não poderá demandar pela evicção, porque firmou contrato com cláusula expressa nesse sentido.
 - (D) terá o direito de receber o preço que pagou pela coisa, pois desconhecia o referido risco.
 - (E) poderá ser indenizado pelos frutos que for obrigado a restituir, mas não poderá demandar a restituição integral do preço pago.
-
55. Meire celebrou contrato de comodato com Aurélio, permitindo que ele morasse, por um ano, em uma de suas casas, que estava desocupada. Findo tal prazo, Aurélio não desocupou o imóvel. Nessa situação,
- (A) Meire poderá cobrar aluguel de Aurélio, após sua constituição em mora a até a desocupação do imóvel.
 - (B) Meire terá o direito de reaver o imóvel e constituir Aurélio em mora, mas não poderá cobrar aluguel pelo período excedente ao prazo do contrato.
 - (C) Aurélio poderá alienar o imóvel, porquanto já extinto o prazo do contrato de comodato.
 - (D) Meire poderá cobrar aluguel de Aurélio, desde o início do contrato de comodato, pois houve descumprimento do prazo por parte dele, o que torna o ajuste sem efeito.
 - (E) Aurélio poderá requerer o reembolso das despesas feitas com o uso e gozo do imóvel se for constituído em mora.

**Direito Processual Civil**

Atenção: Considere o Código de Processo Civil (CPC) brasileiro para responder às questões de números 56 a 60.

56. É considerada fraude à execução a alienação de bem sobre o qual
- (A) tramitava ação contra o devedor capaz de levá-lo à insolvência, ainda que iniciada posteriormente à alienação ou à oneração do bem.
 - (B) tramitava contra o devedor ação de execução, independentemente da averbação do processo no registro público.
 - (C) tramitava contra o devedor ação de conhecimento, independentemente do valor da causa, ao tempo da alienação do bem.
 - (D) pender ação fundada em direito real ou com pretensão reipersecutória, desde que a pendência do processo tenha sido averbada no respectivo registro público, se houver.
 - (E) pender ação de natureza condenatória fundada em direito pessoal ou real, desde que a pendência do processo tenha sido averbada no respectivo registro público, se houver.
-
57. Analise as seguintes proposições a respeito da citação:
- I. A citação para ser considerada válida não poder ser ordenada por juiz incompetente.
 - II. A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, retroagirá à data de propositura da ação.
 - III. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu, mesmo nos casos de indeferimento da inicial ou da improcedência liminar do pedido.
 - IV. A citação válida induz litispendência e torna litigiosa a coisa.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) II e IV.
 - (C) II e III.
 - (D) I e III.
 - (E) III e IV.
-
58. A tutela provisória de urgência será concedida
- (A) independentemente da demonstração de perigo de dano, se ficar demonstrada a violação a enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal.
 - (B) independentemente da demonstração de perigo de dano, se ficar caracterizado o manifesto propósito protelatório da parte.
 - (C) quando houver elementos que evidenciem risco ao resultado útil do processo, sendo vedado ao Juiz exigir caução real ou fidejussória idônea.
 - (D) de forma antecipada mesmo quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.
 - (E) quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito, podendo o Juiz, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea.
-
59. Na impugnação ao cumprimento de sentença, o executado
- (A) não poderá alegar incompetência relativa do juízo da execução, somente se admitindo como fundamento a alegação de incompetência absoluta.
 - (B) não poderá apresentar impugnação que verse sobre eventual nulidade de citação na fase de conhecimento.
 - (C) poderá alegar qualquer causa modificativa ou extintiva da obrigação, desde que supervenientes à sentença.
 - (D) poderá alegar qualquer matéria de fato ou de direito em ampla cognição, desde que supervenientes à sentença.
 - (E) poderá alegar excesso de execução como único fundamento, ainda que sem indicar o valor que entende correto, requerendo-se a perícia contábil para demonstrativo de cálculo.
-
60. De acordo com o rol previsto no CPC, caberá agravo de instrumento da decisão interlocutória de
- (A) exclusão de litisconsorte.
 - (B) concessão de efeito suspensivo na apelação.
 - (C) deferimento do pedido de gratuidade de justiça.
 - (D) determinação de emenda da inicial.
 - (E) saneamento do processo e especificação de provas.

**PROVA DISCURSIVA-ESTUDO DE CASO**

Instruções Gerais: Conforme Edital publicado, Capítulo 11: itens 11.2 A **Prova Discursiva-Estudo de Caso** constará de 01 (uma) questão prática, para a qual o candidato deverá apresentar, por escrito, as soluções. [...] 11.9 Será atribuída **nota ZERO** à **Prova Discursiva-Estudo de Caso** nos seguintes casos: a) fugir ao tema proposto; b) apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; c) apresentar qualquer sinal, marca, risco, desenho, rubrica, assinatura ou nome, feito pelo candidato, nas linhas destinadas à resposta definitiva que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; d) estiver em branco; e) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; f) for assinada fora do local apropriado; g) não atender aos requisitos definidos na grade de correção/espelho de correção/máscara de critérios definidos pela Banca Examinadora. [...] 11.13 Não será permitida nenhuma espécie de consulta, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações. 11.14 Na **Prova Discursiva-Estudo de Caso**, deverá ser rigorosamente observado o **limite máximo de 15 (quinze) linhas**, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à **Prova Discursiva-Estudo de Caso**. 11.15 A folha para rascunho no caderno de provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da **Prova Discursiva-Estudo de Caso** pela Banca Examinadora.

QUESTÃO 1

Caio Cesar é empregado da empresa Velas S.A. contratado como auxiliar de produção, com jornada de trabalho de 6 horas diárias de segunda-feira a sexta-feira, gozando de quinze minutos de intervalo para descanso e alimentação. Nos últimos quinze meses, Caio Cesar vem estendendo com habitualidade a sua jornada de trabalho em 45 a 60 minutos diários sem aumento do seu intervalo intrajornada, o que, segundo o empregador, está baseado em previsão contida na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, que permite a redução do intervalo para descanso e alimentação. Neste caso, de acordo com o entendimento Sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, responda, fundamentadamente, sobre a mencionada extensão da jornada diária de trabalho de Caio Cesar, analisando a remuneração das respectivas horas adicionais trabalhadas.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	